

# Avós que criam: relações de cuidado intergeracionais em favelas cariocas

## Grandmothers who raise: intergenerational care relationships in Rio's favelas

**Natália Helou Fazzioni**

Instituto Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

### RESUMO

Este artigo examina o papel central das avós no cuidado cotidiano de crianças em bairros periféricos e favelas, a partir de pesquisa realizada na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Em um contexto de queda das taxas de fecundidade e de mudanças no perfil demográfico, territórios periféricos continuam a apresentar taxas relativamente elevadas de natalidade, inclusive entre adolescentes, e são também marcados pela limitada provisão de infraestrutura de cuidados oferecida pelo Estado, o que complexifica os arranjos de cuidado de crianças pequenas. Nesse cenário, o estudo investiga a relevância do cuidado exercido pela família extensa — em particular pelas avós —, com foco em suas trajetórias de vida, nas relações com os netos e nas dinâmicas cotidianas do cuidar. Com base em entrevistas em profundidade realizadas com 11 avós residentes na zona norte do Rio de Janeiro, o artigo analisa como arranjos de criação conduzidos por essas mulheres emergem em contextos de precariedade socioeconômica, especialmente em situações marcadas por gestações não planejadas. Argumenta-se que o cuidado desempenhado por essas avós produz efeitos ambivalentes: por um lado, impõe sobrecargas associadas ao trabalho, à responsabilidade e ao desgaste emocional; por outro, mobiliza regimes de esperança e de futuro orientados ao bem-estar e à mobilidade social dos netos. Ao examinar mais detidamente as histórias de vida de quatro interlocutoras, o artigo evidencia tanto a intensidade do trabalho de cuidado quanto a agência dessas mulheres na sustentação da vida familiar e na negociação de expectativas em relação ao futuro de seus netos. A análise é desenvolvida em diálogo com teorias feministas e interseccionais sobre cuidado e políticas reprodutivas, destacando como desigualdades de gênero, classe e geração conformam os arranjos contemporâneos de cuidado em periferias urbanas.

**Palavras-chave:** Avós cuidadoras, Cuidado intergeracional, Periferias urbanas, Penalidade materna, Envelhecimento.

---

Recebido em 22 de junho de 2025.  
Avaliador A: 12 de agosto de 2025.  
Avaliador B: 22 de agosto de 2025.  
Aceito em 26 de janeiro de 2026.

---



**ABSTRACT**

This article examines the central role of grandmothers in everyday childcare in peripheral neighborhoods and favelas, based on research conducted in the northern zone of Rio de Janeiro, Brazil. In a context of declining fertility rates and demographic change, peripheral territories continue to exhibit comparatively high birth rates, including among adolescents, and are also marked by the limited provision of care infrastructure offered by the state, which further complicates caregiving arrangements for young children. Within this scenario, the study investigates the prominent role of extended-family care — specifically care provided by grandmothers — focusing on their life trajectories, their relationships with grandchildren, and the everyday dynamics of caregiving. Drawing on in-depth interviews with 11 grandmothers residing in the northern zone of Rio de Janeiro, the article analyzes how childrearing arrangements led by these women emerge under conditions of socioeconomic precarity, particularly in family contexts shaped by unplanned pregnancies. It argues that the care performed by these grandmothers has ambivalent effects: on the one hand, it produces significant burdens related to labor, responsibility, and emotional strain; on the other, it mobilizes regimes of hope and futurity oriented toward the well-being and social mobility of their grandchildren. By examining more closely the life histories of four interlocutors, the article illustrates both the intensity of caregiving work and the agency exercised by these women in sustaining family life and negotiating expectations for their grandchildren's futures. The analysis is situated in dialogue with feminist and intersectional theories of care and reproductive politics, highlighting how gender, class, and generational inequalities shape contemporary arrangements of childrearing in urban peripheries.

**Keywords:** Caregiving grandmothers, Intergenerational care, Urban peripheries, Maternal penalty, Aging.

## A AVOSIDADE ENQUANTO TEMA: RELAÇÕES GERACIONAIS EM DEBATE

O presente artigo é fruto de reflexões teóricas e aproximações etnográficas de inquietações que se correlacionam com meus trabalhos de docência e pesquisa há alguns anos (Fazzioni, 2018, 2023). Iniciei trabalhos de pesquisa sobre cuidado e saúde no Complexo do Alemão em 2014, durante meu doutorado e entre 2021 e 2023, atuei como supervisora de estudantes de medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro em internato na atenção primária à saúde, em unidades de saúde nos bairros da Penha, Rio Comprido e Mangueiras. Em 2024, passei também a integrar a Rede Transnacional de Pesquisas sobre Maternidades destituídas, violadas

e violentadas (REMA) com desenvolvimento de atividades em alguns territórios na mesma região. A partir de tais experiências, observei a forte presença das avós no cuidado cotidiano com crianças e adolescentes em idade escolar. Passei então a indagar, o que tal presença indicava sobre os processos de organização do cuidado e relações intergeracionais. Quanto tempo de suas vidas tais mulheres teriam dedicado ao cuidado de crianças? Quais eram suas relações com os progenitores e por que assumiam diariamente aqueles cuidados? Como este processo afetaria suas próprias possibilidades de envelhecimento e cuidado de si? O que tais relações intergeracionais nos ensinam sobre políticas reprodutivas em territórios marcados pela desigualdade? Tais questões balizaram a formulação de um projeto de pós-doutorado, cujos resultados iniciais pretendo apresentar neste texto<sup>1</sup>.

O termo avosidade diz respeito ao relacionamento intergeracional entre avós e netos no período da infância. Trata-se de uma tradução do termo inglês *grandparenthood*, utilizado em pesquisas na área de Gerontologia (Debert; Momma, 2018; Oliveira; Viana; Cárdenas, 2010; Mortara, 2018). De acordo com Virpi Timonen, em coletânea de 2019 sobre a temática da avosidade em estudos no campo da Sociologia e Antropologia ao redor do mundo, a literatura existente sobre tal temática tem privilegiado compreender os fatores (idade, gênero, proximidade geográfica, situação conjugal e linhagem) que influenciam a frequência do contato e qualidade das relações entre avós e netos.

Em outras palavras, a função dos avós e a natureza de suas relações com filhos e netos têm sido um foco central nos estudos na área, como também demonstram os poucos trabalhos, com perspectiva antropológica, sobre o tema na realidade brasileira, com ênfase na classe média (Barros, 1987; Motta-Maués, 2004; Peixoto, 2000). Observa-se, entretanto, que poucos são os casos nos quais as avós são analisadas e estudadas em situação de coabitação com os netos ou contato frequente, sobretudo do ponto de vista das classes populares. Reforça-se a relevância do tema considerando que as coletâneas internacionais mais recentes acessadas sobre o tema não trazem estudos que considerem a realidade da América Latina, tampouco do Brasil (Timonen, 2019).

Apesar das inúmeras diferenças contextuais, os estudos sobre avosidade têm apontado para um padrão demográfico global no qual o tempo de relação entre avós e netos tem crescido, considerando o aumento da expectativa de vida da população geral (Timonen, 2019). As mudanças nos níveis de fecundidade e estimativa de vida da população seriam os principais responsáveis por este fenômeno, que também acabou afetando a composição dos lares brasileiros

---

<sup>1</sup> Realizei esta pesquisa como parte de um estágio pós-doutoral no Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) entre 2024 e 2025, sob supervisão da professora Guita Debert e apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP, Processo 2023/08500-4). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNICAMP sob o número CAAE: 83866124.0.0000.8142

e as dinâmicas de cuidado.

No caso do Brasil, o trabalho conduzido por Glaucia Marcondes (2019) confirma a asserção. A autora busca analisar do ponto de vista demográfico, utilizando os dados censitários de 1990 a 2010, os chamados lares multigeracionais, nos quais avós coabitam com filhos e netos ou aqueles em que apenas os netos coabitam com os avós. Marcondes aponta que: “contemporaneamente não apenas há mais possibilidades de se vivenciar um número maior, e por mais tempo, de posições geracionais ao longo da vida, como igualmente o de se expandir os períodos de coexistência entre duas, três ou mais gerações de uma mesma família” (Marcondes, 2019, p. 8), tal processo seria caracterizado por uma “verticalização das famílias”, marcado por um aumento dos parentes em linha ascendente e descendente (bisavós, avós, pais, filhos, netos, bisnetos) e diminuição dos parentes colaterais (menos irmãos, tios e primos, por exemplo). Até o Censo de 2010, os lares multigeracionais cresciam ano a ano e configuravam 13% dos domicílios brasileiros.

Di Gessa e colaboradores (2016) adicionam um outro componente também essencial a este debate, explorando as associações entre intenso cuidados de crianças por avós e contextos estruturais e culturais na Europa. Eles apontam para a baixa provisão de espaços de cuidado formal de crianças, onde mães com empregos remunerados normalmente precisam se apoiar nos avós. Esse achado se alinha ao que foi sugerido por Herllofson e Hagestad (2012) de que o cuidado de crianças por avós está fortemente associado com o nível de espaços formais e públicos de cuidados com crianças (como creches) em cada contexto. Com a inserção das avós no mercado de trabalho de forma prolongada e a ausência de espaços de cuidado providos pelo Estado, gera-se uma situação ainda mais intrincada com relação às negociações de cuidado.

Para além disso, nas últimas décadas, o Brasil tem vivido uma intensa transição demográfica, marcada por uma acentuada queda das taxas de fecundidade e natalidade. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2023 a taxa de fecundidade foi de 1,57 filho por mulher, bem abaixo do nível de reposição populacional, estimado em 2,1. Paralelamente, observa-se um aumento na idade média ao ter o primeiro filho, que passou de 25,3 anos em 2000 para 27,7 anos em 2020, com projeções indicando que ultrapassará os 30 anos até 2040. Apesar dessas tendências nacionais, importantes desigualdades marcam os territórios urbanos brasileiros, especialmente nas zonas rurais e periferias das grandes cidades

Em muitas realidades o assunto é complexificado considerando que a relação entre avós e velhice deve ser relativizada, posto que no país as taxas de gravidez na adolescência chegam a 14% por bebês nascidos vivos. O número é significativamente mais baixo se considerarmos apenas as adolescentes brancas (9%), sobe para 14,8% com relação às negras (autodeclaradas pardas e pretas) e para 28,2% entre as indígenas (Brasil, 2020; CIDACS, 2023). Logo, pode-se afirmar que parte considerável das avós de crianças negras e indígenas está longe de ser idosa

ou estar aposentada no momento de nascimento de seus netos, podendo, inclusive, ainda estar em idade reprodutiva, economicamente ativa e em constituição da prole.

Marcondes (2019) também reforça esse quadro observando que a idade das avós é sempre maior de acordo com a classe social a qual pertencem. Isto é, quanto mais pobres as famílias mais jovens são as avós. Nesse mesmo sentido, as avós que coabitam com os netos e são responsáveis por eles, também obedecem ao mesmo sentido de classe social e no que diz respeito à cor/raça. Assim, nos domicílios chefiados por avós a pessoa responsável em maioria é preta ou parda (Marcondes, 2019).

Esta constatação não é nova e já vem sendo iluminada por outras autoras brasileiras que afirmam que, em grupos populares brasileiros, as etapas do ciclo doméstico não são tão evidentes (Debert, 2004; Fonseca, 2004). Tal observação implica em compreender ainda que para além da questão geracional, as relações domésticas nestes grupos não se restringem à família nuclear, tampouco à família consanguínea, e não se prendem a um modelo fixo de ciclos de vida, fazendo mais sentido o uso de uma noção de “curso de vida” não definido apenas pelo fator cronológico (Debert, 2004).

Na cidade do Rio de Janeiro, local de realização desta pesquisa, nos bairros onde a pesquisa foi realizada, observa-se a persistência de níveis mais elevados de natalidade e fecundidade, bem como um perfil materno constituído por mulheres mais jovens. Se por um lado, assumimos que tal fenômeno pode estar relacionado a uma série de desigualdades — dificuldade de acesso e permanência na educação formal, acesso à direitos sexuais e reprodutivos (incluindo o acesso ao aborto legal em casos previstos por lei), entre outros — também compreendemos que a maternidade na adolescência ou mesmo no início da juventude ocorre muitas vezes de modo desejado e planejado. Como evidenciou a pesquisa GRAVAD realizada na década de 1980, muitas vezes tal projeto se fortalece para essas mulheres e meninas em razão da mudança de status que pode conferir diante de suas famílias e comunidades e também projetos de autonomia pessoal (Heilborn, 1998; Cabral; Brandão, 2020). Entretanto, conforme veremos adiante, na maior parte dos casos analisados aqui, a maternidade não emergiu deste modo para as genitoras das crianças criadas pelas avós e o cuidado com seus filhos acabou sendo transmitido para estas de modo definitivo ou temporário. Encontrar este dado foi um achado inesperado desta pesquisa, pois o tema da gravidez na adolescência não estava em meu horizonte de questões quando iniciei o trabalho de campo. Imaginei que a razão pela qual tais avós criavam estes netos seria mais diversificada e embora existam, em todos os casos, outras questões coadunadas a esta, a questão da pouca idade das genitoras — entre 14 e 19 anos — é um atravessador comum a todas elas<sup>2</sup>.

---

2 Do ponto de vista do cuidado em saúde, compreende-se que uma gravidez não planejada pode ser desejada ou

Dessa forma, embora o Brasil caminhe para um cenário de envelhecimento populacional e queda sustentada da fecundidade, a relevância de tal discussão ainda hoje se justifica pelo fato de comunidades periféricas revelarem outras temporalidades reprodutivas, atravessadas por desigualdades de classe, raça e território, que impactam em diferentes “arranjos de cuidado”, marcados por relações e temporalidades diversas, como argumentei em outro momento (Fazzioni, 2023). A análise das relações de avosidade nestes territórios nos permite compreender como os padrões nacionais se desdobram — e, por vezes, se contrapõem — nos contextos de precariedade.

## O INÍCIO DO CAMPO

No início de 2025, circulei entre grupos de WhatsApp de moradores de favelas onde já trabalhei ou realizei pesquisa: Manguinhos, Maré, Jacarezinho e Complexo do Alemão — todas na Zona da Leopoldina do Rio de Janeiro, um formulário que partia de uma pergunta simples: “Você é uma avó que cria seus netos? Eu gostaria de conhecer sua história”. Estávamos em período de férias escolares. Não por acaso, em minha própria casa, minha mãe cuidava do meu filho de 9 anos para que eu pudesse realizar a pesquisa de campo, me auxiliando ainda com a compra e organização de material escolar para o período letivo que em breve iniciaria. Mesmo não morando na mesma cidade que eu e minha irmã mais velha, é comum que ela viaje para nossas casas nos períodos de férias escolares para nos ajudar nos cuidados com nossos filhos enquanto trabalhamos.

No Brasil, assim como em outros locais, as férias escolares de verão são sempre mais longas do que qualquer possibilidade de pausa laboral (quando essa pausa existe, no caso do trabalho formal) e não existem políticas ou espaços públicos de cuidado para crianças pequenas nesse período na maior parte dos países. As férias escolares e o manejo do tempo e cuidado das crianças durante esse período constituem um “problema” que se restringe apenas às famílias e cabe a elas encontrarem saídas.

---

não, a depender de sua aceitação, e que a gravidez indesejada é aquela que a pessoa não quer ou não pode levar adiante no momento, independentemente do desejo de gestar no futuro (Anis - Instituto de Bioética; SBMFC, 2024; UNFPA, 2022). No Brasil, o aborto segue criminalizado, exceto em três casos previstos em lei: quando a gravidez representa risco à vida da mulher, quando é resultado de estupro, e quando há diagnóstico de anencefalia do feto. Para meninas até 14 anos, a Lei nº 12.015/2009, que alterou o Código Penal, considerou o consentimento para os atos sexuais inválido em indivíduos com menos de 14 anos, e definiu o estupro de vulnerável como “Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos”, independente da idade do parceiro ou do relacionamento estabelecido entre eles (Pinto, 2024).

Foi nesse contexto que entrevistei Carla, em meados de fevereiro de 2025, em um dia de verão extremamente quente. Nos encontramos na quadra da escola de samba do Jacarezinho, onde ela reside e vendo que ali não havia um espaço para conversarmos ela me disse: “vamos, vou te levar passear na favela”. Carla foi uma das mulheres que respondeu ao formulário que circulei e nossa conversa começou de forma fluida, pois logo nos demos conta de que conhecíamos pessoas em comum, quando enunciei para ela as instituições às quais já estive vinculada naquela região, estabelecendo um clima de confiança em nossa conversa. As ruas estavam cheias e o comércio na favela do Jacarezinho era vibrante e farto. Carla passou cumprimentando muitas pessoas, e no caminho me apresentou uma de suas noras, Evelyn, que trabalhava em uma loja na rua como vendedora. Após me apresentar, as duas começaram a conversar sobre o material escolar de Luana, neta de Carla e a preparação para o ano letivo dela: uma já havia comprado a garrafinha de água, a outra o estojo e uma outra avó, a mochila.

Ainda que uma parte do material seja fornecido pela prefeitura no caso das crianças matriculadas em escolas públicas, muitas famílias se empenham em comprar outros itens necessários ou itens de maior qualidade. Tal tarefa, que pode parecer trivial de tão invisível, muitas vezes envolve uma série de recursos temporais e financeiros permitindo que as crianças iniciem bem um ano escolar: com roupas asseadas, sapatos confortáveis, canetas com tampa, lápis apontados e garrafinhas de água etiquetadas com nomes. Como veremos adiante, o espaço escolar e o bom desempenho das crianças neste é entendido como um aspecto central para o cuidado promovido pelas avós. Tal investimento, portanto, não é nada trivial e a figura das avós, ao lado das mães, aparece como elemento central e primordial em tais processos, como não coincidentemente, ocorria também em minha própria casa, com auxílio de minha mãe.

Quando iniciei o campo, optei por utilizar a palavra “criação” nos chamados para participação na pesquisa. Minha ideia era justamente olhar para aquelas histórias nas quais as avós desempenhavam protagonismo no cuidado, para além de um auxílio pontual. A ideia de criação, enfim, terminou por remeter majoritariamente a avós que coabitavam com seus netos ou já haviam coabitado. Foram 11 avós entrevistadas realizadas, conforme demonstra o quadro abaixo. Dentre elas 7 coabitavam com algum neto no momento da entrevista, mas todas já haviam vivido com eles em algum momento. Entre os casos analisados, todas as gestações com exceção de uma ocorreram antes de as mães biológicas completarem 20 anos, sendo a maioria delas gestações não planejadas. A pesquisa se concentrou em avós cujos netos que criam estão nas fases da infância e adolescência — períodos que exigem maior atenção, especialmente diante da ausência ou baixa participação dos genitores em seus cuidados. Muitas delas, entretanto, tinham outros netos mais velhos, de quem já tinham cuidado antes.

Tabela 1. Perfil das avós entrevistadas

Avós entrevistadas							
Nº	Nome Fictício	Faixa etária	Raça/Cor	Profissão	Renda (salário mínimo)	Reside com os netos	Relação com a mãe biológica
1	Lorena	50-59	Negra	Pensionista / Trabalhos sociais	1	Sim	Filha
2	Lucinda	50-59	Negra	Liderança / Presidente ONG	3	Sim	Nora
3	Dolores	50-59	Parda	Diarista	1	Sim	Nora
4	Helena	50-59	Branca	Diarista	1	Não	Filha
5	Carla Regina	50-59	Branca	Presidente Associação de Moradores	3	Sim	Nora
6	Marta	70-79	Negra	Diarista	1	Não	Nora
7	Andrea	40-49	Negra	Desempregada	1	Não	Filha
8	Neusa	60-69	Parda	Aposentada	1	Sim	Nora
9	Teresa	40-49	Negra	Comerciante	1	Não	Nora
10	Juliana	40-49	Negra	Corretora de imóveis	2	Sim	Nora
11	Daniela	40-49	Branca	Diarista	1	Sim	Filha

Fonte: Elaboração própria (2025).

Diante desse quadro, seleciono aqui quatro casos que representam três subgrupos entre o conjunto de trajetórias analisadas, são elas: 1) avós que criam os filhos das filhas, 2) avós que criam os filhos dos filhos e 3) avós que criam netos não biológicos. A razão de tal distinção ficará mais evidente adiante ao longo das narrativas.

## HISTÓRIAS DE AVÓS

Cinco das mulheres que entrevistei fazem parte de um grupo de vizinhas de Andrea e foram indicadas por ela e as demais emergiram na pesquisa a partir do convite disparado ou de indicações de pessoas que souberam sobre a pesquisa que eu estava realizando. Andrea é moradora de Manginhos e nós trabalhamos juntas por um tempo em uma instituição de pesquisa, na qual eu era bolsista de projetos sociais e ela trabalhava no setor administrativo. Em 2015, ao mesmo tempo em que eu engravidei de meu filho, Andrea soube da gravidez da filha de 14 anos. No trabalho, foram organizados os chás de bebês para mim e para ela, quase como se ela estivesse grávida também e não a filha — ela sempre soube que teria que cuidar da neta e essa situação havia me marcado muito. Logo que iniciei essa pesquisa me lembrei dela e como já mantínhamos contato eventual por redes sociais, escrevi enviando-lhe o convite para o formulário; ela topou me receber em sua casa para uma conversa e me auxiliou disparando o convite para sua rede de contatos.

Como dito, sua filha mais nova engravidou aos 14 anos, justamente quando Andrea tinha recém finalizando os estudos pelo sistema de Educação de Jovens e Adultos e havia conseguido seu primeiro trabalho formal, aos 37 anos. Ela tornou-se a principal cuidadora da neta por 10 anos, para que sua filha não precisasse abandonar os estudos, repetindo a sua própria história. Ela engravidou aos 18 anos pela primeira vez, antes de ter conseguido completar a educação básica e teve mais duas filhas quase sequencialmente com o mesmo homem, com quem viveu junto por 10 anos. Mas a situação de violência do ex-companheiro contra ela começou a se estender às crianças e foi quando ela decidiu se separar. Após a separação, ele nunca mais participou da criação dos filhos, nem financeiramente. Ela estava desempregada com três crianças quando a irmã de Andrea propôs um arranjo: elas morariam juntas e ela ficaria em casa com todas as crianças (seus três filhos, mais os três sobrinhos), enquanto a irmã trabalharia sustentando financeiramente a casa. Na época a irmã havia conseguido um trabalho como Agente Comunitária de Saúde, uma renda importante para a família.

Essa configuração doméstica seguiu por um tempo até que as crianças pudessem ficar mais tempo sozinhas em casa. Quando resolveu viver sem a irmã, Andrea conseguiu um emprego como camareira e um apartamento conquistado através de um programa de habitação social, o que lhe permitiu maior estabilidade. Foi justamente quando ela daria mais um salto rumo a sua estabilidade financeira, que a gravidez de sua filha ocorreu. Sua mãe esteve sempre presente e ajudou na criação de netos e bisnetos, mas com uma relação de ajudas mais pontuais, ficando com as crianças em alguns momentos, mas nunca residindo com elas. Financeiramente esse apoio se caracterizou pela oferta do que chama de “presentes”: roupas, materiais escolares

e brinquedos, diferente de Andrea que chegou a assumir integralmente a criação de uma das netas. Hoje, Andrea tem um total de três netas e um neto. Quando cheguei em sua casa, me deparei com as duas netas mais novas brincando em frente com uma criança vizinha. Logo perguntei sobre a mais velha e ela me explicou que essa não vivia mais com ela, bem como essas duas mais novas, que apenas passavam o dia após a escola, enquanto a mãe trabalhava, denotando uma nova dinâmica em sua vida.

O caso de Andrea sintetiza bem a relação entre avós que assumem a criação dos filhos de suas filhas encontradas em outras situações, na qual a relação de criação com as crianças é temporalmente mais fragmentada: as avós assumem a criação por um período, mas não de forma definitiva. Há uma ideia de algo temporário até que a vida da filha permita assumir a centralidade do cuidado dessa criança - finalizar os estudos, encontrar um trabalho, receber o Bolsa Família (benefício oferecido pelo governo), casar-se, são alguns dos aspectos que a filha pode alcançar para assumir a criação principal dos filhos, sempre com apoio da mãe. Em alguns casos, a relação de coabitação com a avó materna prossegue por muitos anos, em outros, ela se rompe após a filha casar-se ou ganhar maior autonomia financeira. Mas a relação com a mãe no que tange à criação dos filhos prossegue na dinâmica de uma ajuda, mesmo que mais pontual. Esses foram os casos também de Helena, Lorena e Daniela. As crianças alternaram entre períodos morando com a avó materna e com a mãe ou com ambas. As rendas destas mulheres são complementares, de modo que os arranjos são múltiplos e muitas vezes ou incidem nas duas rendas sendo incorporadas ao mesmo domicílio ou se complementam na compra de alimentos para a casa da avó, onde a maior parte das refeições das crianças é feita, mesmo que durmam na casa da mãe, como configurava a situação atual de Andrea com as netas mais novas.

Já Lucinda, de 52 anos, representa o segundo caso que quero ilustrar aqui: das avós que criam os filhos dos filhos homens. Ela é avó de Marlon, de 9 anos, filho de um de seus filhos homens. Além disso, Lucinda é uma liderança comunitária importante onde reside, no Complexo do Alemão. Eu e Lucinda também nos conhecemos há pouco mais de dez anos, quando trabalhei e realizei pesquisas no Complexo do Alemão. A história de como Lucinda entra na pesquisa é bastante curiosa e diferente das outras mulheres. Participávamos juntas de um evento no Complexo do Alemão cujo tema era “saúde das mulheres”, no final de 2025. Eu falava um pouco da minha pesquisa de doutorado e ao final, concluí minha apresentação contando como a pesquisa tinha me levado a pensar o cuidado e agora tal tema teria se desdobrado no interesse pelas avós que criam os netos. Lucinda me interrompeu e disse publicamente: “Natália, você sabe que eu crio o meu neto né? Inclusive, ele mamou em mim”. Eu não conhecia detalhes sobre a vida pessoal de Lucinda, embora já nos conhecêssemos há algum tempo. Então, combinamos de nos falarmos com mais calma e alguns dias depois agendamos uma conversa online, em meio a agenda super atarefada de atividades familiares e profissionais de Lucinda.

A história de Lucinda revela uma outra modalidade de modos de criação de netos que foi bastante presente nas entrevistas, a criação dos netos filhos de seus filhos homens. A mãe de Marlon, “nora”<sup>3</sup> de Lucinda, engravidou aos 17 anos do filho de Lucinda e, desde o nascimento, Lucinda assumiu os cuidados da criança, chegando a amamentá-lo, porque a mãe naquele período, segundo ela, vivia em situação de rua e dependência do uso de drogas. Mais adiante, ela acabou tendo mais dois filhos, saiu das ruas e começou a trabalhar. É interessante a representação que Lucinda faz desse processo da mãe de Marlon. Para Lucinda, ter “pegado Marlon para criar” foi algo central também no sentido de auxiliar a genitora. Ela repete algumas vezes que fez isso para que ela pudesse se “organizar” e se sente orgulhosa ao ver que agora ela saiu das ruas e deixou as drogas, tem seu trabalho e seus outros filhos e pode ser presente na vida de Marlon, ainda que ele siga vivendo e sendo criado por Lucinda. Aqui, a noção de “organização” não surge como categoria de acusação, como demonstrado em outros trabalhos (Vicaroni, 2024), no qual mães são definidas por profissionais da saúde e da assistência como mães que precisam se organizar para que possam permanecer com seus filhos, de modo a desqualificar sua atuação como mães. Diferentemente, a noção de organização aqui aparece como algo atrelado a um processo temporário e não ameaçador, de “ajuda” oferecido a essa mulher quando a avó decide criar seu filho, sem com isso desvinculá-lo dessa mãe.

Marlon hoje visita a mãe e os irmãos com frequência, mas vive e é criado por Lucinda, que não imagina que as coisas sejam diferentes em algum momento, embora não tenha sua guarda formal e não a deseje. Lucinda vê no neto uma nova oportunidade: a possibilidade de “fazer melhor” do que fez com o próprio filho. Por isso, prioriza sua educação e busca garantir que ele tenha mais oportunidades. Ela financia todos os gastos do neto e também ajuda os outros filhos que a mãe teve depois. O pai, seu filho, mora com eles, mas está desempregado e pouco participa da criação de Marlon, diferente do marido de Lucinda, o avô, que é também bastante presente.

Outros casos, como o de Dolores, residente do Complexo do Maré, guarda muitas proximidades com o de Lucinda. Dolores trabalha hoje como empregada doméstica/diarista, assim como outras quatro mulheres entrevistadas que também desempenhavam essa função, vale dizer, uma função de cuidado fora de casa. Dolores também foi uma das mulheres que respondeu ao questionário que veiculei e que chegou até ela através de uma amiga minha que a conhecia, por ela ter trabalho muitos anos na casa de seu pai. Entrevistei Dolores após seu horário de trabalho de diarista em um apartamento em Copacabana, ela preferiu me encontrar

---

3 O termo “nora” aparece aqui como um designador da relação destas mulheres com as genitoras de seus netos pois era assim que a maior parte delas as nomearam (ainda que nenhuma delas tenha sido oficialmente casadas com seus filhos), alternando com a designação “mãe do meu neto”. A relação com a mãe hoje é boa, e Lucinda nunca a condenou — pelo contrário, ajudou para que ela se reabilitasse e mantivesse contato frequente com o filho.

em uma lanchonete do bairro do que em sua casa. Dolores me contou que também cria a neta, fruto da relação entre o filho e uma jovem de 17 anos, que permaneceu residindo com eles por apenas 2 meses após parir, quando acabou decidindo sair de casa e deixar a filha aos cuidados da avó paterna. Além disso, Dolores cuida do marido acamado e auxilia nos cuidados com outros netos que não vivem com ela. Sua principal ajuda no cotidiano provém de sua filha mais velha, com quem divide os cuidados de todas as crianças da família, como levar e buscar na escola, levar em consultas médicas, providenciar as refeições cotidianas.

Diferente da história de Lucinda, a relação de Dolores com a “nora” é mais disruptiva. Ela conta ter ficado bastante chateada com a mãe da neta por tê-la deixado aos cuidados dela, mas ao longo do tempo compreendeu a situação. Apesar da família da nora também viver na Maré, ela preferiu residir e deixar a filha aos cuidados de Dolores. Passou alguns anos visitando poucas vezes a filha, o que Dolores acredita ter deixado a neta com alguns traumas aos quais ela atribui a dificuldade que a neta enfrenta ainda hoje, aos 6 anos, com o desfralde. Entre as avós entrevistadas, Dolores era a única avó chamada de mãe pela neta, embora a menina também chamasse sua genitora de mãe.

Mais recentemente, a mãe de sua neta casou-se novamente tendo outros filhos e passou a demandar mais frequentemente ver a filha e também receber a filha em sua casa, em um bairro distante da Maré, na Zona Oeste da cidade. A menina visita regularmente a casa da mãe aos finais de semana, sempre a partir de um diálogo entre Dolores e ela, que combinam os horários e esquemas de visita, sem intermediação do pai, o filho de Dolores. Isso, entretanto, despertou em Dolores um medo de que a mãe possa demandar na justiça viver novamente com a filha, algo que Dolores diz ser impensável para ela, já que a neta seria “tudo” em sua vida. No momento da entrevista, esse medo ainda não teria nenhum indício de concretude e Dolores ainda acreditava que a relação entre ela e a mãe da neta poderia seguir de modo amistoso, negociando o melhor arranjo possível na vida da criança que demonstrava querer seguir vivendo com ela, ainda que gostasse das estadias na casa da mãe.

Finalmente, a terceira situação que gostaria de ilustrar aqui se exemplifica a partir de um único caso: a de avós que criam filhos não biológicos. Para isso, retomo a história de Carla, moradora do Jacarezinho, narrada no início do texto, cuja trajetória demonstra uma terceira possibilidade de relação de avosidade. Carla é oriunda do Rio Grande do Norte e possui uma atuação importante como liderança comunitária no Jacarezinho. Carla teve três filhos, mas o primeiro faleceu em uma situação de violência policial há muitos anos — a perda deste filho é um tema marcante e presente em sua narrativa. Atualmente, Carla cria Luana de 9 anos, que não é sua neta biológica, mas ela achava que sim, até poucos dias após seu nascimento. Monique, a mãe da neta, era namorada de seu filho mais velho quando engravidou. Monique sabia que a criança não era dele, mas confiava que Carla cuidaria bem dela, por isso mentiu

sobre a paternidade.

Passado um tempo, quando todos descobriram a verdade, Luana já tinha uma avó, um pai e duas mães: a atual esposa do pai e a mãe biológica, de quem nunca se afastou definitivamente. Carla me disse que perdoou Monique, a mãe de Luana, e que hoje todos têm uma boa relação e compartilham os cuidados, embora Luana viva com Carla. Entre todos os casos encontrados, Luana, por ter em sua origem uma ruptura do vínculo biológico, é a criança que mais circula em diferentes casas e é criada por muitas pessoas, embora o vínculo primordial de moradia, seja com Carla, a avó “escolhida” por sua mãe biológica. No mesmo sentido, Carla não promove uma desvinculação de sua neta e a mãe biológica, ao mesmo tempo em que acolhe a chegada da segunda mãe, Evelyn, na criação dela. O fato do pai de Luana ter se casado novamente, também configura uma exceção nesse caso, pois o pai torna-se mais presente do que os demais, através da vinculação de sua esposa Evelyn à primeira filha. Este caso se destaca mesmo comparado com o de pais que vivem com seus próprios filhos na casa de suas mães, como os filhos de Lucinda e Dolores, ambos desempregados e com pouca presença na criação dos filhos, figurando mais como irmãos dos filhos do que como pais. Apesar disso, denota-se a pouca presença masculina ativa nos cuidados com as crianças em basicamente todas as histórias analisadas, excetuando a presença de um pai nesse caso e de um avô, no caso de Lucinda.

## CUIDAR COMO RESISTÊNCIA E ESPERANÇA

Já na década de 1980, Mariza Corrêa (1981) sinalizava o equívoco em se estudar a família no Brasil apenas do ponto de vista da família patriarcal e de seu modelo sucessor, a família conjugal moderna. A autora contestava as obras clássicas de Freyre (2003 [1977]) e Candido (1951 *apud* Corrêa, 1981) nas quais se vislumbrava uma transição de um modelo da família patriarcal extensa para a família conjugal, demonstrando que longe de se tratar de um modelo que caracterizava a maior parte das famílias brasileiras, tratava-se, sobretudo, de um modelo hegemônico de análise sobre as famílias. Mais recentemente, autoras como Rita Segato (2006) têm apontado como tais trabalhos também contribuíram na formação de certo mito de origem da sociedade brasileira que consistiria em uma dupla negação das desigualdades de gênero e raça.

Assim, a discussão aqui proposta não pode se furtar em dialogar com um tema não novo, porém cada vez mais proeminente, quando perspectivas não hegemônicas tornaram-se cruciais para representar as vozes das pessoas cujas experiências estariam longe de se identificarem com certos modelos de família, gênero e parentalidade. O debate remete necessariamente à literatura

sobre escravidão nas Américas, nas quais majoritariamente os filhos das mulheres escravizadas eram separados delas ou cuidados por outras mulheres escravizadas, envolvidas em diferentes tarefas de trabalho<sup>4</sup>. Por outro lado, em diversos contextos escravistas, o cuidado de crianças brancas muitas vezes esteve a cargo das mulheres negras, configurando aquilo que Suely Gomes Costa intitulou de “maternidade transferida”, ou seja, o processo através do qual amas-de-leite e posteriormente, as chamadas amas-secas e babás foram “presentes na vida social desde os primórdios coloniais” (Costa, 2002, p. 305). Consequentemente, as mães negras, pobres e trabalhadoras raramente figuraram como as principais cuidadoras de seus próprios filhos pois estiveram a cargo do cuidado com outros. Ou mais radicalmente, sequer puderam manter seus próprios filhos ao seu lado, como evidenciam os processos de “circulação de crianças” e os circuitos de adoção, já bem evidenciados por Fonseca (1995) e que também estão ilustrados nos casos aqui analisados.

Angela Davis (2017), Patricia Hill Collins (2000), Lélia Gonzalez (1983) e bell hooks (1997), são outras autoras que abordam este tema e seus desdobramentos de maneira contundente. hooks, por exemplo, questiona as teorias feministas tradicionais que fizeram um grande esforço em problematizar o espaço doméstico como lugar central das mulheres a partir da divisão sexual do trabalho, marcando assim uma lógica da qual as mulheres deveriam se libertar. As autoras consideram que, se entre as feministas brancas o cuidado com a família era encarado como uma prisão, para as mulheres afro-americanas o lar e o cuidado com os seus poderia ser encarado como um ato de resistência com relação ao racismo, já que tal espaço sempre lhes foi negado.

Nesse sentido, em suas narrativas o cuidado com os netos raramente aparece em tom de sacrifício ou renúncia. Para Lucinda, o neto é uma nova chance de fazer melhor do que fez com seus filhos. Para Andrea, um alerta sobre o que não quer que se repita em sua família. Para Dolores, a neta é “tudo” e para Carla, uma nova vida a ser cuidada por ela, em um contexto no qual a vida de um dos seus próprios filhos já lhe foi tirada de modo violento. Dentro deste regime afetivo e moral em relação aos netos, a educação acaba sendo o espaço onde essas avós entendem que tais esperanças e desejos que possuem para eles, se desenvolvam. Isso, entretanto, não implica dizer que tais atividades ocorram para elas sem custos e implicações, sobretudo para mulheres de classes populares que assumem a criação dos netos, como veremos adiante.

O tema não é novo no âmbito dos trabalhos sobre avosidade. Clarice Peixoto (2000) em trabalho que analisa a relação entre avós e netos de forma comparada no Brasil e na França,

---

4 Configurando aquilo que Patricia Hill Collins (2000) chamou no contexto afro-americano de *othermother* (uma segunda mãe, responsável por cuidar das crianças negras cujas mães estavam envolvidas em atividades agrícolas).

refere sobre a importância que os avós entendem possuir com relação especificamente à educação formal dos netos. Enquanto a educação em sentido mais amplo é entendida enquanto um atributo parental, para os avós a educação formal é algo em que devem investir (o que envolve desde o pagamento de mensalidades escolares, participação em atividades e tarefas escolares, pagamento ou acompanhamento em cursos extras, até compras de livros e materiais escolares).

Ainda em diálogo com a literatura sobre avosidade no Brasil (Barros, 1987), observamos que, diferentemente do que se costuma afirmar, essas avós não demonstraram uma preocupação predominante com o papel religioso na criação das crianças. Apenas uma falou fortemente da iniciação de seu neto no terreiro de umbanda que frequentava. No entanto, a educação era central para todas, e seus esforços se orientavam para garantir uma boa formação para os netos. Essas mulheres também expressaram preocupações diferenciadas conforme o gênero dos netos: com os meninos, o medo da proximidade e envolvimento em atividades relacionadas ao tráfico de drogas, o desemprego, ou o simples medo de estar na rua e serem mais uma vítima da violência policial, tão comum nesses espaços; com as meninas, o receio de uma gravidez muito jovens. Todas mencionam a importância dos estudos como possibilidade de “fazer diferente” do que aconteceu com seus próprios filhos, demonstrando o forte investimento que fazem nisso, também como um movimento de resistência diante dos contextos onde vivem e os estigmas e medos que pairam em seus corpos a partir de tais realidades.

## **AS PENALIDADES DO CUIDADO E OS SENTIDOS DE ENVELHECER**

Quando assumem o papel de cuidadoras principais, essas mulheres se envolvem cotidianamente em tudo o que diz respeito à criação: são responsáveis pela alimentação, reuniões escolares, consultas de saúde e, em alguns casos, também pelos aspectos financeiros. Curiosamente, o financiamento foi o ponto em que encontramos maior variação no apoio à manutenção das crianças. Como demonstra o exemplo de Carla, quando a conheci, ela estava envolvida na compra do material escolar de Luana e diferentes mulheres participaram: as duas mães, a outra avó e ela — cada uma comprando um item. Luana vive com Carla, que paga as despesas básicas de alimentação e os custos com saúde que são muitos já que a menina tem uma doença crônica, mas as mães e a outra avó contribuem constantemente com “presentes”, como ela chama, que também fazem parte do custo de manter uma criança, como roupas, brinquedos e material escolar. O mesmo ocorre com Andrea, que também recorreu em diferentes momentos a

sua mãe e irmã e mais recentemente divide os custos com as próprias filhas, já mais estabelecidas.

Outro aspecto observado diz respeito aos programas de transferência de renda e sua forma de gestão. Nenhuma das avós entrevistadas tem a guarda legal dos netos — e não desejam tê-la. Isso não é algo importante para elas, mesmo para Dolores que mais recentemente passou a ter medo da neta não viver mais com ela. Por isso, geralmente, as beneficiárias do Bolsa Família (cujo valor aumenta de acordo com o número de filhos) são as mães biológicas. No caso de Lucinda, considerando que sua ex-nora se encontra em situação de extrema pobreza e teve outros filhos, ela se assegura de que esse dinheiro fique com a ex-nora, sem contribuir diretamente para o sustento de Marlon, salvo por meio de “presentes”. Já Andrea e outras avós — especialmente aquelas que convivem com suas filhas (mães dos netos) — revelam que o dinheiro do Bolsa Família recebido pelas filhas é destinado às moradias onde estão as crianças e às necessidades das crianças, em arranjos que variam de caso a caso.

Apesar das negociações complexas para o custeio da vida dessas crianças, há inegavelmente um peso financeiro de tal responsabilidade para essas avós, como demonstrado no caso dos materiais escolares ou muitas vezes no esforço de pagar uma escola particular para os netos, como ocorre no caso de Carla, entendendo que isso faria diferença em seu futuro. Andrea renuncia a seu apartamento próprio, para que as filhas possam se organizar, voltando a pagar aluguel por um período. Tais arranjos com os filhos e depois netos complexificam o acesso ao trabalho remunerado e à renda dessas mesmas mulheres, como demonstram as trajetórias, tendo muitas delas se dedicado a trabalhos informais pela maior parte de suas vidas.

A noção de “penalidade materna” tem sido proposta por teóricos que pensam a relação entre trabalho e gênero em diversos países (Muniz; Veneroso, 2019), à luz da intersecção entre classe e gênero. No caso brasileiro, as pesquisas sobre o impacto do número de filhos sobre os salários femininos são escassas, mas apontam uma nítida relação inversa entre parturição e participação feminina na população economicamente ativa. Trabalhos informais costumam facilitar o arranjo necessário para conciliar família e trabalho e são os que concentram a maior parcela das mulheres brasileiras. Contudo, os rendimentos na maior parte das vezes são inferiores e instáveis, sem garantias de direito trabalhistas.

Desse modo, o empobrecimento de mulheres mães a partir da dinâmica da “penalidade materna” acentua a exclusão daquelas que já são enquadradas a partir de diferentes marcadores de desigualdade: negras, periféricas, com baixa escolaridade, entre outros. Assim, somamos à reflexão acima a sugestão de que o debate sobre “penalidade materna” no Brasil, não pode dissociar-se de uma “penalidade avoenga”, considerando o forte aspecto matricêntrico no que tange aos cuidados com crianças pequenas entre famílias brasileiras pobres e a sobreposição de cursos de vida, como já explorado acima.

É nesse sentido que um aspecto particularmente impactante surgiu em todas as entrevistas:

o cansaço e a falta de tempo para si. Entre suspiros, mãos no rosto e pernas inquietas, todas relataram sentir-se extremamente exaustas — embora reafirmassem a importância dos netos em suas vidas e os sentimentos positivos que eles provocavam. No entanto, a pergunta “Você conseguiu cuidar de si mesma nesse tempo?” as levava a uma reflexão profunda.

Lucinda, por exemplo, contou que sente dores nas pernas há meses, mas nunca encontra tempo para fazer exames. Dolores relatou que depende de remédios para pressão alta, mas às vezes deixa de comprá-los ou pegá-los no posto de saúde quando falta dinheiro ou tempo. O envelhecimento, nesse contexto, é atravessado por uma sobrecarga de responsabilidades, preocupações e custos financeiros que parecem não ter fim. Mas elas seguem insistindo que o futuro e o cuidado com os netos são prioritários e primordiais. Os sonhos de futuro que elas sonham, são os sonhos que elas têm não para si, mas para os netos. São, afinal, mulheres que sempre cuidaram e cuja subjetividade, força e resistência está também na força dessa tarefa, ainda que em meio ao cansaço. A história de Lucinda talvez seja a mais representativa desse ponto entre as analisadas, pois trata-se de alguém cuja vida toda esteve voltada ao cuidado com os outros, desde seu trabalho como liderança, até seus cuidados com os filhos, netos e sua mãe, atualmente idosa e dependente, a quem ela visita diariamente garantido a organização da casa onde a mãe vive com uma irmã.

Andrea se diferencia das demais por um discurso diferente com relação ao seu processo de envelhecimento, talvez por ser a mais jovem de todas, 47 anos e ter acesso a outros tipos de discursos e ideais sobre cuidado e envelhecimento. Alguns anos atrás ela deixou o apartamento para que as filhas pudessem se “organizar” por um tempo e se estabilizarem e foi viver de aluguel. Quando a situação das filhas melhorou, ela retornou ao apartamento e agora deseja viver sozinha ali, ajudando apenas pontualmente com os netos, na esperança de uma velhice onde ela tenha mais tempo para si. Atualmente, ela sonha em morar na Bahia com o atual namorado.

## O “MATRIARCADO DA MISÉRIA”: CONSIDERAÇÕES FINAIS E QUESTÕES PARA O FUTURO

A expressão “matriarcado da miséria” foi cunhada pelo poeta negro e nordestino Arnaldo Xavier para designar a experiência histórica das mulheres negras brasileiras em uma sociedade marcada pela exclusão, discriminação e rejeição social e, apesar dessas condições, seu papel de resistência e liderança em comunidades empobrecidas. Essa noção foi difundida por Sueli Carneiro (2000) em um artigo de opinião no *Correio Braziliense* e também utilizada por Daniela

Mota e colaboradoras (2025) ao analisar a experiência de mulheres cuidadoras de crianças em um Centro de Atenção Psicossocial Infantil no Rio de Janeiro. A retomo aqui, pois os resultados de pesquisas como esta seguem reafirmando tal ideia: mesmo com as mudanças demográficas no Brasil, mulheres negras e em situação de pobreza seguem sendo as principais responsáveis por gerirem os cuidados consigo e com seus descendentes nos contextos de pobreza ou miséria econômica em que vivem.

Entretanto, é importante observar, em diálogo com a literatura já existente sobre famílias matricêntricas, o que também reafirmam os dados aqui apresentados: mesmo em contextos de menor renda bruta, as famílias chefiadas por mulheres não necessariamente apresentam piores índices entre famílias pobres ao olharmos para outros indicadores de bem-estar. Como afirmam Bila Sorj e Adriana Fontes (2008), em artigo que analisa indicadores sobre o tema, ainda que tais mulheres tenham maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal, trabalhos em condições precárias e menores salários, indicadores como os que analisam condições de domicílios e bens duráveis são superiores em tais domicílios do que naquelas com a existência de um casal e chefiado pelos homens em situação de pobreza. Ou seja, existe uma gestão do lar, do cuidado com as crianças e dos bens que parece ser mais eficaz quando mulheres vivem entre mulheres ou são chefes de seus lares, mesmo em situações de baixa renda.

Ampliando os possíveis olhares para tais análises, nos casos aqui observados, verificamos que, apesar de um contexto precarizado, há sempre uma colaboração entre mulheres, ainda que de modo distinto de acordo com o vínculo com as mães biológicas de seus netos. Mas diferente do que eu poderia supor no início, não encontrei na maior parte dos casos, relações marcadas pelo conflito e hostilidade entre mães e avós, disputas judiciais por guarda e outras situações do tipo. Pelo contrário, vemos aqui um processo de cuidado marcado por modos de colaborações distintos, mas compartilhados. O que une tais mulheres, entretanto, para além do laço matriarcal, é o fato de todas atravessarem ou terem atravessado situações de dor, pobreza, violências, dificuldades.

Longe de uma abordagem utópica ou romântica sobre a relação entre mulheres, tal análise busca reforçar outras categorias que têm aparecido na literatura nacional sobre os cuidados e suas especificidades em contextos latino-americanos e brasileiros, pautados por lógicas comunitárias, como a noção de “ajuda”. Trata-se de uma modalidade típica do cuidado entre mulheres periféricas que pode ocorrer entre pessoas com relação de parentesco ou não (Vieira; Guimarães, 2021), podendo inclusive tornar-se um vínculo de parentesco criado a partir da noção de “ajuda-mútua”, que pode vir a gerar relações consideradas familiares entre amigas, vizinhas e outras (Fonseca, 2004).

A análise dessas trajetórias confirma ainda a indivisibilidade entre gravidezes não planejadas na adolescência, dificuldade no acesso a direitos sexuais e reprodutivos e sobrecarga

no cuidado intergeracional. Embora não seja o ponto central deste trabalho, é inegável que tais situações poderiam ser evitadas através de uma política ampliada de acesso ao aborto legal e menos barreiras simbólicas neste campo.

Por fim, o artigo chama a atenção para as dificuldades que tais mulheres também atravessam em seus próprios processos de envelhecimento, ainda que os cuidados com seus netos seja algo entendido por elas como prazeroso e importante, é fundamental compreender que são mulheres que em seu curso de vida estiveram voltadas para o cuidado com o outro a maior parte do tempo, em seus ambientes domésticos e profissionais e cujos processos de subjetividade e saúde são também moldados e afetados por isso, tema que merece maiores investimento de pesquisa.

Ainda que tendências demográficas apontem para mudanças, em um país tão desigual como o Brasil, meninas e mulheres seguem tendo suas vidas alteradas por gravidezes indesejadas, pouco apoio nos processos de cuidado, difícil inserção no mercado de trabalho e poucas possibilidades de envelhecimento saudável. Concluo, enfim, levantando a questão, se diante de tantas mudanças demográficas no país, tais mulheres e suas histórias se tornarão ainda mais invisíveis ao longo dos próximos anos?

## REFERÊNCIAS

1. ANIS - INSTITUTO DE BIOÉTICA; SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE (SBMFC). **Gravidez indesejada na Atenção Primária à Saúde (APS):** as dúvidas que você sempre teve, mas nunca pôde perguntar. 2. ed. Brasília: Editora Letraslivres, 2024. Disponível em: [https://www.sbmfc.org.br/wp-content/uploads/2024/11/CARTILHA\\_WEB\\_2024\\_FINAL.pdf](https://www.sbmfc.org.br/wp-content/uploads/2024/11/CARTILHA_WEB_2024_FINAL.pdf). Acesso em: 20 jan. 2026.
2. BARROS, Myrian Lins de. **Autoridade e afeto:** avós, filhos e netos na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Informação de Nascidos Vivos**, Brasília, 2020.
4. CABRAL, Cristiane; BRANDÃO Elaine. Gravidez na adolescência, iniciação sexual e gênero: perspectivas em disputa. **Cad Saude Publica**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 8, e00029420, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00029420>. Acesso em: 22 jan. 2026.
5. CARNEIRO, Suely. Matriarcado da miséria. **Correio Braziliense**, 15 set. 2000.

6. CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE DADOS E CONHECIMENTO PARA SAÚDE (CIDACS). **Sem deixar ninguém para trás: gravidez, maternidade e violência sexual na adolescência**. Salvador: Fundação Oswaldo Cruz, 2023. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/cartilha-unfpa-digital.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.
7. COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. 2. ed. New York: Routledge, 2000.
8. CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 37, p. 5-16, 1981.
9. COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. **Rev. Estud. Fem.**, [s. l.], v. 10, n. 2, p.301-323, 2002.
10. DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2017.
11. DEBERT, Guita. **A reinvenção da velhice: socialização e reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: EdUSP: FAPESP, 2004.
12. DEBERT, Guita; MOMMA, Dominique. Os avós e a pensão Alimentar. Dilemas em torno da responsabilidade avoenga e a judicialização do cuidado familiar. **Mediações**, Londrina, v. 23, n. 3, p. 222-247, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2018v23n3p222>. Acesso em: 22 jan. 2026.
13. DI GESSA, Giorgio; GLASER, Karen; PRICE, Debora; RIBE, Eloi; TINKER, Anthea. What drives national differences in intensive grandparental childcare in Europe? **Journals of Gerontology Series B – Psychological Sciences and Social Sciences**, [s. l.], v. 71, n. 1, p. 141–153, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/geronb/gbv007>. Acesso em: 22 jan. 2026.
14. FAZZIONI, Natália Helou. **Nascer e morrer no Complexo do Alemão: políticas de saúde e “arranjos de cuidado”**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
15. FAZZIONI, Natália Helou. Manter-nos juntos: casa, corpo e cuidado em diferentes arranjos. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 48, n. 1, p. 171-188, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/49157>. Acesso em: 22 jan. 2026.
16. FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
17. FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.
18. FONSECA, Claudia; MARRE, Diana; RIFIOTIS, Fernanda. Governança reprodutiva: um assunto de suma relevância política. **Horizontes Antropológicos**, Florianópolis, v. 61, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832021000300001>.

Acesso em: 22 jan. 2026.

19. GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências sociais hoje**, Brasília, n. 2, p. 223-44, 1983.
20. FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003. [1977].
21. HEILBORN, Maria Luiza. Gravidez na Adolescência: considerações preliminares sobre as dimensões culturais de um problema social. *In*: SEMINÁRIO GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA, SAÚDE DO ADOLESCENTE, 1., Rio de Janeiro, 1998, p. 23-32.
22. HERLOFSON, Katarina; HAGESTAD, Gunhild. Transformations in the role of grandparents across welfare states. *In*: ARBER, Sara; TIMONEN, Virpi (ed.). **Contemporary grandparenting**: Changing family relationships in global contexts. Bristol: Policy Press, 2012. p. 27–49.
23. hooks, bell. **Homeplace**: a site of resistance. New York: Routledge, 1997.
24. MARCONDES, Glaucia. **Avós que residem com netos**: características dos arranjos doméstico-familiar multigeracionais no Brasil a partir de 1990. Campinas: NEPO Publicações, 2019. MORTARA, Sofia. Arranjos familiares e os avós. *Revista dos Trabalhos de Iniciação Científica da UNICAMP*, Campinas, n. 26, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/revpibic2620181254>. Acesso em: 23 jan. 2026.
25. MOTA, Daniela; MENEZES, Mariana; GUTOSVSKI, João Pedro; CARVALHO, André Macedo, SILVA Yuri. Matriarcado da miséria: a fome em um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil da Zona Norte do Rio de Janeiro. **Cien Saude Colet**, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/matriarcado-da-miseria-a-fome-em-um-centro-de-atencao-psicossocial-infantojuvenil-da-zona-norte-do-rio-de-janeiro/19805?id=19805>. Acesso em: 22 jan. 2026.
26. MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Na “casa da mãe”/na “casa do pai”: anotações (de uma antropóloga e avó) em torno da “circulação” de crianças. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 427-452, 2004.
27. MUNIZ, Jeronimo; VENEROSO, Carmelita. Diferenciais de Participação Laboral e Rendimento por Gênero e Classes de Renda: uma Investigação sobre o Ônus da Maternidade no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 1, e20180252, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/001152582019169>. Acesso em: 22 jan. 2026.
28. OLIVEIRA, Alessandra; VIANNA, Lucy; CÁRDENAS, Carmen. Avosidade: Visões de avós e de seus netos no período da infância. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 461-474, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1809-98232010000300012>. Acesso em: 22 jan. 2026.
29. PEIXOTO, Clarice. Avós e netos na França e no Brasil: a individualização das

- transmissões afetivas e materiais. *In*: PEIXOTO, Clarice; SINGLY, François de; CICHHELLI, Vincenzo (org.). **Família e Individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 95-111.
30. PINTO, Isabela Vitral; BERNAL, Regina Tomie Ivata; SOUZA, Juliana Bottoni; ANDRADE, Gisele Nepomuceno de; ARAÚJO, Larissa Fortunato; Felisbino-Mendes, Mariana Santos; SOUZA, Maria de Fátima Marinho de; MONTENEGRO, Marli de Mesquita Silva; VASCONCELOS, Nádia Machado de; MALTA, Deborah Carvalho. Gravidez em meninas menores de 14 anos: análise espacial no Brasil, 2011 a 2021. **Cien Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 9, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024299.10582024>. Acesso em: 22 jan. 2026.
31. SEGATO, Rita Laura. **O Édipo brasileiro**: a dupla negação de gênero e raça. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2006.
32. SORJ, Bila; FONTES, Adriana. Famílias monoparentais femininas, pobreza e bem-estar das crianças: comparações regionais. *In*: COSTA, Albertina de Oliveira (org.). **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 150-185.
33. TIMONEN, Virpi. **Grandparenting Practices Around the World**. Bristol: Policy Press: University of Bristol, 2019.
34. UNITED NATIONS POPULATION FUND (UNFPA). **Seeing the unseen**: The case for action in the neglected crisis of unintended pregnancy. [S. l.]: UNFPA, 2022. Disponível em: [https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/EN\\_SWP22%20report\\_0.pdf](https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/EN_SWP22%20report_0.pdf). Acesso em: 23 jan. 2026.
35. VICARONI, Tamara. **Loucas demais para serem mães**: Narrativas de profissionais de saúde mental sobre maternidades interrompidas. 2025. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2025.
36. VIEIRA, Priscila; GUIMARÃES, Nadya. As “ajudas”: O cuidado que não diz seu nome. Trabalho, gênero e cuidado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 41–56, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.002>. Acesso em: 22 jan. 2026.

*Natália Helou Fazzioni*

Pesquisadora em Saúde Pública no Instituto Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz. Doutora em Antropologia Cultural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1497-9737>. E-mail: [natalia.fazzioni@fiocruz.br](mailto:natalia.fazzioni@fiocruz.br)